



CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO DO ABUSO INFANTOJUVENIL

Mirian Lisboa Rodrigues
Rafaela Moraes Werneque Ribas
Andressa Fernandes Matos
Thayna Kauana Claro da Silva Dias
Ana Julia do Rocio Soika
Matheus Henrique Siqueira Zambonin
Leomarco Jose de Oliveira da Silva
Jose Eduardo Goes Santos
Patrick Sandino dos Santos Reinehr
Fernanda Garbelini Ferrante

Resumo

O presente estudo teve como objetivo promover a conscientização e a prevenção do abuso infantojuvenil por meio de ações educativas desenvolvidas na instituição Alvorecer Ação Social e Educacional. O projeto, de caráter interventivo e preventivo, foi realizado por estudantes de Psicologia e fundamentado em referenciais teóricos sobre educação em sexualidade, direitos da criança e prevenção da violência. A metodologia foi estruturada em três etapas: planejamento, execução de atividades lúdicas e reflexivas com crianças e adolescentes, e avaliação. As intervenções favoreceram o diálogo, a expressão emocional, o fortalecimento de vínculos e a compreensão sobre o respeito ao próprio corpo e aos limites pessoais. Conclui-se que a educação em sexualidade é uma ferramenta essencial para o empoderamento infantojuvenil e a promoção de ambientes protetivos.

Palavras-chave: Educação em sexualidade; prevenção; abuso infantojuvenil; conscientização; vulnerabilidade; direitos da criança.

Abstract

This study aimed to promote awareness and prevention of child and adolescent abuse through educational initiatives developed at the Alvorecer Social and Educational Action institution. The interventional and preventive project was carried out by Psychology students and based on theoretical frameworks on sexuality education, children's rights, and violence prevention. The methodology was structured in three stages: planning, implementation of playful and reflective activities with children and adolescents, and evaluation. The interventions fostered dialogue, emotional expression, strengthening of bonds, and understanding of respect for one's own body and personal limits. It is concluded that sexuality education is an essential tool for empowering children and adolescents and promoting protective environments.

Keywords: Sexuality education; prevention; child and adolescent abuse; awareness; vulnerability; children's rights.

INTRODUÇÃO

Em 2023, o Disque 100 recebeu mais de 80 mil denúncias de violações de direitos, sendo a violência sexual uma das mais frequentes (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/1990) estabelece a proteção integral como direito fundamental, determinando que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança

e ao adolescente a dignidade, a liberdade e o respeito, colocando-os a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O abuso sexual é todo ato de natureza sexual praticado com uma criança, com ou sem o uso de força, engano ou coerção, e que viola o direito da vítima à liberdade e ao respeito (ECA, 1990).

O abuso sexual infantojuvenil é um fenômeno complexo, de natureza multidimensional, que envolve fatores psicológicos, sociais e culturais e está relacionado a diversos fatores interligados que se retroalimentam. A presença de uma família disfuncional aumenta a vulnerabilidade das crianças e adolescentes, favorecendo situações de baixa autoestima, adultização precoce e maior exposição à exploração infanto-juvenil. (AZEVEDO et al., 2002).

A exploração infanto juvenil aparece como consequência direta do abuso, mas também como fator de manutenção desse ciclo, associado às desigualdades de classe social, às fragilidades de políticas públicas, à precariedade da escolaridade e às condições socioeconômicas. As deficiências e necessidades especiais das crianças e adolescentes também podem aumentar a vulnerabilidade ao abuso, especialmente quando não há suporte adequado das famílias, escolas ou serviços públicos. Por fim, cultura, religião e políticas públicas atravessam todos esses fatores, podendo funcionar tanto como barreiras de proteção quanto como elementos que perpetuam a violência (BOURDIEU, 1998).

O tema da sexualidade, historicamente tratado como tabu, ainda encontra resistência no ambiente familiar e escolar. No entanto, a escola é um espaço privilegiado para a construção da cidadania e deve assumir seu papel na formação de valores éticos e sociais, promovendo o respeito e a igualdade. A educação em sexualidade, nesse contexto, não se restringe a conteúdos biológicos, mas envolve o diálogo sobre sentimentos, emoções, respeito e consentimento (FALEIROS et al., 2008).

A educação sexual é um processo educativo contínuo que visa orientar crianças, adolescentes e adultos sobre o corpo, os sentimentos, os relacionamentos e os direitos sexuais e reprodutivos, promovendo o respeito, a responsabilidade e a autonomia (FALEIROS et al., 2008). A Prevenção refere-se ao conjunto de ações e estratégias educativas e sociais que têm como objetivo evitar a ocorrência de

situações de abuso, por meio da conscientização, fortalecimento de vínculos e educação para o respeito (HABIGZANG et al., 2011).

Rede de proteção: é o conjunto de instituições, políticas públicas e profissionais (educação, saúde, assistência social e segurança pública) que atuam de forma articulada na defesa dos direitos da criança e do adolescente (FALEIROS et al., 2008).

A educação em sexualidade, quando trabalhada na infância, com linguagem respeitosa e adequada pode fortalecer a criança para que entenda o seu corpo, expresse seus sentimentos e reconheça situações de riscos. Esta educação é reconhecida como uma ferramenta essencial na formação integral de crianças e adolescentes, pois contribui diretamente para o desenvolvimento da autonomia, da autoestima e da consciência corporal, aspectos fundamentais para a prevenção da violência sexual. Quando a criança é educada sobre o corpo e seus direitos, ela se torna mais preparada para identificar situações abusivas e comunicar a um adulto de confiança.

Essa educação deve ocorrer de maneira contínua, participativa e adaptada à faixa etária, envolvendo a família e os profissionais da rede de proteção.

É fundamental que a escola desenvolva uma proposta pedagógica voltada para a prevenção do abuso sexual, integrando esse conteúdo às práticas educativas cotidianas. A formação dos professores e educadores sociais é igualmente essencial, visto que esses profissionais estão em posição favoráveis para identificar sinais de abuso e oferecer acolhimento adequado às vítimas. Intervenções realizadas em espaços coletivos tornam-se estratégicas, já que oferecem ambientes educativos e relacionais que podem prevenir situações de risco e favorecer a construção de vínculos protetivos (GOMES et al., 2018).

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo promover a conscientização e prevenção do abuso infantojuvenil por meio de ações de orientação e reflexão na instituição Alvorecer, envolvendo crianças, adolescentes, educadores sociais, assistentes sociais e coordenação. E como objetivos específicos: desenvolver atividades educativas com crianças para estimular a compreensão sobre proteção, respeito e confiança em adultos de referência. Realizar rodas de conversa com adolescentes sobre formas de violência, direitos,

autocuidado e canais de denúncia. Propor um encontro com educadores sociais, assistentes sociais e coordenação para fortalecer estratégias de acolhimento, prevenção e encaminhamentos adequados em casos suspeitos.

Diante do exposto, entende-se a urgência de realizar intervenções práticas para coibir o abuso infantojuvenil. Neste sentido a proposta apresenta-se em consonância com os seguintes os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU:

Objetivo 3.7: Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais. Levar informações referentes ao abuso sexual e instruir a equipe que acompanha as crianças e os adolescentes acerca do tema.

Objetivo 4.5: Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade. A educação sexual é a forma de educação inclusiva e protetiva, que assegura que todas as crianças, especialmente as mais vulneráveis, tenham acesso a informação que garantam segurança, autonomia e respeito.

Objetivo 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Objetivo 16.1: Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas em todos os lugares.

Objetivo 16.2: Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças. Visa reduzir o abuso e a violência física e mental infantojuvenil através da conscientização e educação sexual.

Objetivo 16.6: Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis. Justificativa: Aponta a necessidade de fortalecer instituições públicas para que atue de forma eficaz, transparente e responsável no enfrentamento de crimes como a violência sexual infantojuvenil.

MATERIAL E MÉTODO

O presente estudo trata-se de um relato de experiência, desenvolvido no âmbito de um projeto de extensão universitária (PROEX) do curso de Psicologia. As intervenções, de caráter educativo e preventivo, foram realizadas na instituição Alvorecer Ação Social e Educacional, localizada na cidade de Curitiba-PR. A execução das atividades foi conduzida pelos discentes extensionistas, em parceria com a equipe técnica da instituição, composta por coordenadora, orientadora educacional e assistente social.

Participaram do estudo 31 pessoas, sendo 16 crianças com idades entre 7 e 14 anos, 15 adolescentes entre 15 e 18 anos, e a equipe técnica composta por uma coordenadora, duas assistentes sociais e três educadores sociais. As crianças e adolescentes atendidos pela instituição frequentam o contraturno escolar e participam de atividades socioeducativas e de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Em sua maioria, pertencem a famílias de baixa renda e vivem em situação de vulnerabilidade social. Os adolescentes também integram programas de orientação e inserção no mercado de trabalho, realizados em parceria com empresas locais, recebendo capacitação e acompanhamento durante o processo de aprendizagem.

A proposta metodológica foi estruturada em três etapas: Planejamento teórico-metodológico, execução das atividades educativas e avaliação dos resultados. Inicialmente, o grupo de pesquisadores realizou um processo de fundamentação teórica, com base em autores que abordam a educação sexual e a prevenção do abuso infantojuvenil, além do estudo da legislação vigente, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). Essa etapa visou garantir coerência científica e ética na elaboração das ações, assegurando a adequação do conteúdo à faixa etária dos participantes.

O planejamento para a execução prática do projeto foi realizado entre os dias 6 de agosto de 2025 e 17 de setembro de 2025 e envolveu a definição dos objetivos e a elaboração das estratégias pedagógicas, fundamentadas na metodologia da rede de causalidades. Essa abordagem permitiu identificar fatores de risco e vulnerabilidade associados ao abuso sexual infantojuvenil, tais como

desorganização familiar, negligência, exposição digital desassistida e ausência de diálogo sobre sexualidade.

Entre os materiais empregados nas intervenções, destacam-se: boneca, urso de pelúcia, cartões coloridos, plaquinhas com as cores do semáforo, adesivos, formulários digitais, slides projetados, pirulitos e caixas de chocolate como incentivo simbólico. Também foram utilizados trechos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e materiais informativos sobre os canais oficiais de denúncia, como o Disque 100 e o Conselho Tutelar.

A execução do projeto ocorreu em três encontros distintos, organizados de acordo com os públicos atendidos: o primeiro com crianças (7 a 14 anos), o segundo com adolescentes (15 a 18 anos) e o terceiro com os funcionários da instituição. Durante esse período, foram utilizados 30% da carga horária total, destinada à preparação dos estudantes por meio da leitura de materiais didáticos produzidos e/ou disponibilizados pelo docente responsável no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

No dia 23 de setembro de 2025, no período da manhã, foi realizada a atividade com o grupo de crianças. Com elas, as dinâmicas foram lúdicas e educativas, favorecendo a expressão emocional, o autoconhecimento e a prevenção de riscos: Caixa das Emoções: reconhecimento e expressão dos sentimentos. Semáforo do Toque: respeito aos limites corporais. Segredos Bons e Ruins: importância de compartilhar segredos que envolvem risco.

No dia 25 de setembro de 2025, no período da tarde, aconteceu a atividade com os adolescentes. Foram utilizados a Dinâmica dos Cartões Coloridos, em que situações do cotidiano foram classificadas como seguras, de atenção ou de risco, abordando temas como consentimento, internet, relacionamentos e toques físicos. A atividade estimulou reflexão crítica e protagonismo juvenil.

Por fim, no dia 29 de setembro de 2025, no período da manhã, foi realizado o encontro com os educadores sociais, assistentes sociais e a coordenadora da instituição. Com eles, a intervenção teve três etapas: O Outro Lado da Janela: exercício de empatia. O Olhar Invisível: análise de casos fictícios de vulnerabilidade infanto juvenil e adolescente. Compromisso no Papel: registro de compromissos profissionais como lembrete simbólico.

Ao final de cada encontro, ocorreram rodas de conversa e, posteriormente, a avaliação via formulário digital. Os dados mostraram alto engajamento, compreensão do conteúdo e valorização do espaço de diálogo, confirmando a efetividade da metodologia. Cada atividade teve duração aproximada de uma hora e meia a duas horas, conforme a demanda e a dinâmica de cada grupo, correspondendo a 40% da carga horária destinada às atividades de interação com a comunidade.

Todas as atividades foram realizadas nas dependências da instituição Alvorecer Ação Social e Educacional, situado na Rua Pedro Eloy de Souza, nº 1121, Bairro Alto, Curitiba-PR. O espaço foi adaptado conforme a faixa etária dos participantes, de modo a favorecer a interação e o desenvolvimento das dinâmicas.

Por fim, a participação na Feira do PROEX está prevista para o dia 2 de dezembro de 2025, das 19h às 21h, momento em que serão socializados os resultados e vivências do projeto. Esta etapa corresponderá aos 30% restantes da carga horária, destinados à apresentação final e à integração das atividades desenvolvidas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A intervenção foi aplicada a três públicos distintos: crianças (7 a 14 anos), adolescentes (14 a 17 anos) e funcionários da instituição. Foram registrados dados quantitativos por meio de formulários e qualitativos em diário de campo, o que permitiu observar de forma mais direta as reações, falas e reflexões dos participantes durante as dinâmicas.

No feedback das crianças (n=18): 88,9% relataram se sentir bem durante a dinâmica e 11,1% consideraram normal. 61,1% consideraram a brincadeira muito legal e 38,9% legal. 94,4% afirmaram ter aprendido algo novo, e 94,4% indicaram que participaram novamente. Esses dados demonstram um alto nível de engajamento e satisfação, indicando que a abordagem lúdica favoreceu a participação ativa e a aprendizagem dos conceitos sobre abuso infantojuvenil.

Além dos formulários, observou-se durante a intervenção expressões faciais de entusiasmo, cooperação entre os colegas e repetição espontânea das

mensagens-chave (“meu corpo é meu”, “não deixo ninguém me tocar sem permissão”), reforçando a internalização dos conteúdos de forma vivencial.

No feedback dos adolescentes (n=14): Faixa etária predominante: 15 anos (50%). 78,6% se sentiram muito bem, e 21,4% bem durante a dinâmica. 71,4% consideraram que o formato da dinâmica ajudou muito a se envolver com o tema, e 100% afirmaram que os facilitadores explicaram a atividade de forma clara. 78,6% se sentiram acolhidos sempre, e 57,1% consideraram o conteúdo muito relevante. 71,4% afirmaram que a dinâmica ajudou bastante a refletir sobre situações do dia a dia, e 100% recomendam a atividade para outros grupos. Os comentários qualitativos reforçam a percepção positiva, destacando acolhimento, clareza e relevância do tema.

Durante a dinâmica dos cartões coloridos, os adolescentes participaram ativamente e refletiram criticamente sobre cada situação apresentada. Alguns questionaram, por exemplo, se “elogiar o corpo de alguém” seria um sinal de atenção ou de risco, gerando debate coletivo. Comentários registrados como “às vezes a gente acha normal, mas é errado” evidenciando que o grupo não apenas compreendeu o conteúdo, mas também o relacionou com situações reais vividas no cotidiano.

No feedback dos funcionários (n=6): Todos relataram que a intervenção trouxe reflexões importantes sobre trabalho em equipe, abordagem de casos de abuso e revisão de práticas institucionais. 100% manifestaram interesse em participar de futuras atividades. Avaliação da atuação do grupo: 67,7% deram nota 10 e 33,3% nota 8.

Nos encontros com os profissionais, observou-se troca de experiências e engajamento emocional. Frases como “às vezes o sinal está ali e a gente não percebe” e “é preciso olhar além do comportamento” apareceram durante a dinâmica “O Olhar Invisível”, revelando sensibilidade e compromisso ético na reflexão sobre as práticas institucionais.

Os resultados indicam que a metodologia adotada (dinâmicas, lúdicas, reflexivas e participativas) foi eficaz para engajar crianças, adolescentes e profissionais da instituição. O alto percentual de participantes que se sentiram acolhidos e relataram aprendizagem reforça a importância da abordagem prática na

educação sobre abuso sexual infantojuvenil, alinhando-se com estudos que destacam a necessidade de intervenções preventivas e educativas (SPAZIANI, 2015; CUNHA, 2024).

No grupo adolescente, a capacidade de reflexão crítica sobre consentimento, autoproteção e canais de denúncia sugere que dinâmicas estruturadas podem fortalecer a compreensão de comportamentos abusivos, apoiando a formação de um senso de autoproteção e cidadania (RODRIGUES, 2024).

Entre os funcionários, os dados evidenciam que ações educativas também impactam na percepção profissional e prática institucional, estimulando reflexão e discussão sobre estratégias de acolhimento e prevenção, reforçando a necessidade de formação contínua em prevenção ao abuso sexual infantojuvenil (SPAZIANI, 2015).

Embora o tempo da intervenção tenha sido limitado, os resultados sugerem que mesmo atividades de curta duração, quando planejadas de forma estruturada, podem gerar impactos significativos no desenvolvimento socioemocional e protetivo dos participantes, corroborando literatura que defende a implementação de programas preventivos em contextos escolares e institucionais (CUNHA, 2024; RODRIGUES, 2024).

Em síntese, a intervenção demonstra a relevância de integrar teoria e prática, envolvendo diferentes públicos, para promover consciência, aprendizado e proteção contra a violência sexual na infância e adolescência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou que a conscientização e a prevenção do abuso infantojuvenil podem ser fortalecidas por meio de práticas educativas participativas, lúdicas e reflexivas, especialmente em espaços comunitários.

As atividades realizadas com crianças, adolescentes e educadores sociais revelaram que a educação em sexualidade, quando trabalhada de forma acessível e respeitosa, promove não apenas a compreensão sobre o próprio corpo e os limites pessoais, mas também estimula o diálogo, a empatia e a capacidade de reconhecer situações de risco.

Nos encontros com as crianças e pré-adolescentes, as dinâmicas favoreceram a expressão emocional e a internalização da mensagem “meu corpo, minhas regras”, permitindo que os participantes refletissem sobre proteção, confiança e segurança. Já no trabalho com os adolescentes, a dinâmica mostrou-se eficaz para despertar senso crítico e engajamento, uma vez que os jovens discutiram entre si, questionaram se as situações apresentadas eram realmente arriscadas e trouxeram relatos pessoais que foram acolhidos com respeito.

No caso dos profissionais, a intervenção possibilitou um olhar mais sensível e ampliado sobre sinais de vulnerabilidade infanto juvenil e adolescente. A dinâmica incentivou o reconhecimento tanto dos sinais visíveis quanto daqueles que frequentemente passam despercebidos, além de estimular um compromisso ético e pessoal frente a situações de risco.

A avaliação realizada ao final das atividades, tanto por meio dos formulários quanto pela observação direta, evidenciou um alto nível de participação e interesse dos grupos. As anotações de campo, contendo expressões verbais, reações emocionais e interações entre os participantes, foram fundamentais para sustentar as conclusões sobre o engajamento, a compreensão e a mudança de percepção observadas nos diferentes públicos.

Destaca-se a postura crítica e reflexiva dos adolescentes, que, além de responderem às dinâmicas, demonstraram interesse em aprofundar o conhecimento sobre os canais de denúncia e em compreender melhor seus direitos.

Entre as contribuições mais relevantes do estudo, ressaltam-se: a efetividade de abordagens lúdicas e dialógicas como estratégias de educação preventiva; o fortalecimento do vínculo entre participantes e mediadores, criando um ambiente seguro de escuta; e no reconhecimento e enfrentamento de situações de abuso.

No entanto, algumas limitações foram observadas. A realização das atividades em encontros pontuais pode restringir a continuidade do aprendizado, indicando a necessidade de projetos permanentes e integrados à rotina institucional. Além disso, o tempo reduzido para cada encontro dificultou o aprofundamento de algumas discussões, especialmente no grupo de adolescentes, que demonstrou interesse em explorar mais o tema.

CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO DO ABUSO INFANTOJUVENIL

Conclui-se que o projeto alcançou seus objetivos, pois possibilitou a conscientização sobre direitos, autocuidado e canais de proteção, ao mesmo tempo em que promoveu espaços de diálogo e reflexão coletiva. Como implicação para futuras ações e pesquisas, recomenda-se a ampliação da periodicidade das atividades, a formação contínua dos profissionais da rede de proteção e o desenvolvimento de estratégias que incluem também as famílias, garantindo assim a construção de ambientes mais protetivos, inclusivos e saudáveis para crianças e adolescentes.

Referências

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. **Infância e violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2002. Disponível em: https://konektacommerce.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/TEXT_SAMPLE_CONTENT/infancia-e-violencia-domestica-89243-1.pdf. Acesso em: 01 Out. 2025

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Brasília: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania**. Balanço Disque 100 – 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/disque100>. Acesso em: 01 Out. 2025

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CUNHA, K. M. P. da. **A importância da educação sexual na prevenção do abuso sexual infantil**. Revista JRG, 2024.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

GOMES, I. A.; DOS SANTOS, E. Â. **Educação sexual na educação infantil**: combate e prevenção ao abuso sexual na infância. Revista de Comunicação Científica, v. 3, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rcc/article/view/3095>. Acesso em: 01 Out. 2025

HABIGZANG, L. F; RAMOS, M. DA S.; KOLLER, S. H. **A revelação de abuso sexual: as medidas adotadas pela rede de apoio**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 27, p. 467-473, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/Zs6C6DvBkVgdt6hSTMVv6g/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 Out. 2025

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes**. Brasília: Nações Unidas Brasil, 2015. Disponível em : <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16>. Acesso em: 01 Out. 2025

RODRIGUES, R. M. **Escolas no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes: contribuições teóricas e práticas**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 2024. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-40362024000200300&script=sci_arttext. Acesso 01 Out.2025

CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO DO ABUSO INFANTOJUVENIL

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/257862>. Acesso em 01 Out. 2025

SPAZIANI, R. B. **Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual.** Psicologia Escolar e Educacional, 2015. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862015000100007. Acesso em: 01 Out. 2025